



JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

### Thiago Gehre Galvão

Universidade de Brasília, Instituto de  
Relações Internacionais, Brasília – DF, Brazil  
([thiago.gehre@gmail.com](mailto:thiago.gehre@gmail.com)).



ORCID ID:  
[orcid.org/0000-0001-9951-288X](https://orcid.org/0000-0001-9951-288X)

### Gunther Mros

Universidade Federal de Santa Maria,  
Departamento de Relações Internacionais,  
Santa Maria – RS, Brazil  
([gunther.mros@ufsm.br](mailto:gunther.mros@ufsm.br)).

#### Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



## A genealogia do ensino da História para as Relações Internacionais

### The genealogy of the History teaching for International Relations

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e18014>

Meridiano 47, 18: e18014, 2017

#### Resumo

Esta narrativa-genealógica reflete sobre como diferentes gerações dividem os mesmos espaços de experiências e fazem convergir seus horizontes de expectativas acerca do lugar da História nas Relações Internacionais. O futuro do ensino está atrelado à capacidade das disciplinas tradicionais e das Diretrizes Curriculares Nacionais de responderem aos novos temas das RI. Algo parecido ganhou forma em iniciativas de ensino da História Global e de experiências locais do ensino da História para as Relações Internacionais.

#### Abstract

This genealogical narrative reflects on how different generations share the same spaces of experiences and converge their horizons of expectations about the place of History in International Relations. The future of teaching History for IR depends on how traditional disciplines and the National Curriculum Guidelines would respond to new IR challenges. Global History teaching initiatives and local experiences of teaching History to International Relations has already taken shape in some universities in Brazil.

**Palavras Chaves:** História das Relações Internacionais, Relações Internacionais Históricas, Ensino e Relações Internacionais.

**Keywords:** History of International Relations, Historical International Relations, Teaching and International Relations.

Recebido em 16 de Abril de 2017  
Aprovado em 01 de Junho de 2017

The constant evolution of the purpose of history is a sign, rather, of its vitality. Every new age looks for an understanding of its place in time, and without history it would not have one. (Lynn Hunt, 2015, 9)

#### Introdução

O ensino da História (HIST) para as Relações Internacionais (RI) estabelece nexos com três domínios do saber: o ontológico, o metodológico e o epistemológico. Conduz-nos pela reflexão sobre três importantes questões: O *que* ensinar a uma

plateia que desconhece o campo do conhecimento da História, mas que necessita de base intelectual que conecte as preocupações das Relações Internacionais aos debates paradigmáticos, às correntes historiográficas e ao estudo da nova história? Como deveríamos ensinar história para alunos que não têm como meta se tornar historiadores, mas que precisam saber como a História pode ajudá-los (conceitualmente, teoricamente e metodologicamente) a entender as relações internacionais? Enfim, *por que* ensinar história nos cursos de RI, amplamente dominados pelo ocidentalismo que privilegia cada vez mais pensamentos teóricos, reducionistas e quantitativos?

Com essas três questões propomos reflexão acerca de como o ensino da história se modificou na área de Relações Internacionais e permanece como estruturante na formação do internacionalista no século 21. O objetivo é traçar uma espécie de genealogia do ensino da história para o campo das Relações Internacionais no Brasil e, para tanto, o texto está dividido em três partes principais. Na primeira, História e Relações Internacionais: enquadramentos conceituais, busca-se debater o nexo entre genealogia, gerações e horizontes como *frame* sobre o qual se debruça essa interpretação, ao mesmo tempo em que se discute a razão de ser da História para as RI. Na segunda parte, o ensino da História para as Relações Internacionais, traça-se breve genealogia das três principais disciplinas responsáveis por conter e transmitir o conhecimento histórico no campo das Relações Internacionais, buscando vislumbrar modificações tanto no escopo como na estrutura histórica. Na terceira parte, o futuro do ensino da História para as Relações internacionais, faz-se análise crítica da tentativa de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)s em RI e de algumas experiências que buscam conectar o global e o local na atualização do ensino em RI.

## História e Relações Internacionais: enquadramentos conceituais

### Genealogia, gerações e horizontes

A genealogia como perspectiva de trabalho e como tática arqueológica para produção de conhecimento autêntico se une às ideias de gerações e horizontes na constituição de referencial de categorias analíticas que auxiliam na interpretação sobre o ensino da história para as Relações Internacionais.

A ideia de “horizonte” tornou-se categoria analítica muito acessada por filósofos e historiadores, especialmente para apontar possibilidades nos tempos presente e futuro consoante uma meta ou um objetivo. Significa o limite entre velhos e novos espaços de experiência que, na visão koselleckiana, “ainda não pode[m] ser contemplado[s]” (Koselleck, 2006, 313)

Horizontes recuam na mesma velocidade em que se anda em sua direção, logo, quanto mais rápido se anda mais velozmente eles recuam. A implicação é dual: por um lado, criam nexo com a utopia inalcançável, por outro garantem que não se esmoreça na busca por certo objetivo. Para Bauman (1999, 18), “como todos os horizontes, eles se movem continuamente no tempo e assim emprestam ao andar a ilusão sustentadora de um destino, propósito e direção”.

Um determinado presente é constituído a partir da relação de reciprocidade entre as dimensões temporais do passado e do futuro. O futuro transporta sempre expectativas carregadas de sentimentos positivos e negativos, angústias ou esperanças. É no passado que as diferentes gerações encontram experiências que constituem a esperança de mudanças no presente-futuro (Koselleck, 2006).

Neste caso, pode-se dizer que o ensino da história para as RI evoluiu nas últimas décadas de acordo com a transição de gerações de pesquisadores e professores. Por geração entende-se o conjunto de indivíduos que vivem a mesma época e compartilham ideias, valores e visões de mundo. Dessa forma, o conceito de geração é útil para compreender como saberes e tradições são transmitidos ou deixam de ser transmitidos ao longo do tempo em determinada comunidade científica.

Mannheim (Apud Corsten 1999, 250-254) trata da conformação de gerações a partir de aspectos temporais e de socialização, que se relacionam à construção de conhecimento. Marc Bloch (2001, 152) ensina que existem “gerações longas ou gerações curtas”. A obrigatoriedade é sim “de as gerações se interpenetrarem”.

*Dans la société, Il est vrai, tous les ages sont mêlés, toutes les transitions sont continues, les generations ne se placent pas bout à bout comme un tableau genealogique (Milo 1991).*

Ortega y Gasset (1986, 78) pensava uma noção sociocultural das gerações e sua dinâmica cíclica como um dos motores da história. O tempo abstrato da cronologia se diferencia do tempo vital individual, o que leva cada geração a pensar em seu próprio tempo como único, adquirindo, em relação a outros tempos, condições de ascensão, declínio e dominância. Esse fato conduz, então, a “determinadas formas de conflito intergeracional” que espelham o estágio do ensino da HIST para as RI no Brasil (Jaguaribe, 1986, 21-22)

O encontro entre gerações em um mesmo horizonte de expectativas, bem como em um mesmo espaço de experiências, como as Universidades e os cursos de graduação em RI, alimenta procedimento genealógico, de resgate das memórias e posicionamento da crítica sobre o *que ensinar, como ensinar e por que ensinar* a HIST para as RI.

## A razão de ser da História para as Relações Internacionais

A razão de ser da HIST para as RI encontra-se no espaço comum de intersecção entre três domínios do saber. O que ensinar reflete aspectos da ontologia das relações internacionais, ou seja, da sua essência formativa que guarda completa relação com a dimensão histórica da vida internacional. O como ensinar é parte do reino metodológico das técnicas, métodos e formas de se produzir saberes e conhecimentos sobre o internacional. O por que ensinar localiza-se, sobretudo, mas não unicamente, no reino da epistemologia e da funcionalidade científica das RI em sua árdua tarefa de explicar/entender acontecimentos e prever fenômenos da vida internacional.

Se entendemos que as relações internacionais se constituem intimamente vinculadas a contextos históricos, a cada época ou período podemos inferir que os estudos e o ensino adquirem novas roupagens. “O que ensinar”, portanto, é função variável do tempo, logo, expressão da HIST nas RI.

Por meio da lente histórica é possível vislumbrar a influência de constantes que criam pegadas e deixam vestígios que funcionam como variáveis dependentes, independentes, interdependentes ou intervenientes para os estudiosos da área. A título de exemplo, o entendimento sobre o estágio atual da economia mundial, seus níveis de globalização e integração, depende de perspectiva evolutiva (histórica) sobre o sistema mundo ou que englobe as transformações sofridas pelo sistema e seus regimes internacionais desde os anos 1970 até os dias de hoje.

Do ensino da HIST é possível, portanto, derivar entendimento sobre os impactos de forças profundas demográficas, geográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais na vida internacional (Renouvin). Acontecimentos relacionados à ideologia, ao nacionalismo, à hegemonia, ao imperialismo e ao colonialismo manifestam-se na forma de processos que, por sua vez, criam estruturas cujos efeitos perduram por séculos nas sociedades. A própria concepção acerca do lugar do Estado-nação como super-referente na existência das RI depende de olhar histórico para capturar conceitos e premissas das Teorias de Relações Internacionais (TRI), tais como autodeterminação, soberania, independência e interdependência, vulnerabilidade ou sensibilidade.

Ao mesmo tempo, o ensino da HIST para as RI condensa marcas da prática e da teoria. Acadêmicos, diplomatas, militares e políticos recorrem aos conhecimentos históricos para diversas finalidades: entender a persistência de fenômenos como o terrorismo internacional; fixar de maneira definitiva a identidade de uma comunidade a território específico; retratar revoluções, batalhas épicas e lutas de independência; bem como criar os chamados mitos nacionalistas em torno de um povo, território e cultura comuns. De fato, os tomadores de decisão usam a história para ganhar perspectivas sobre o mundo e seus desafios; para impor a familiaridade sobre questões novas e intrigantes; para canalizar verdades percebidas do passado para lidar com as incertezas do futuro; ou, simplesmente, para enquadrar suas políticas de forma atraente (Brands & Suri, 2016: 2).

De outra feita, as transformações nas dinâmicas de política doméstica, com temas como desenvolvimento sustentável, juventude, população e desenvolvimento, migração, igualdades racial e de gênero, forneceram *momentum* para o engajamento da sociedade civil na internacionalização desses temas via política externa dos Estados. Conseqüentemente, a dualidade interno-internacional induziu a renovação de perspectivas, níveis de análise, conceituações e teorizações que continuam demandando um entendimento histórico sobre as conexões dos tempos presente-futuro com o passado.

O americano-centrismo que dominou grande parte da produção e transmissão do conhecimento teórico e conceitual em RI (Smouts 2004), passou a ser rivalizado tanto pela globalidade de um conhecimento sem fronteiras como por uma releitura não ocidentalista e decolonialista, que são, por si mesmas, historicamente orientadas ou historicizadas.<sup>1</sup> Assim, pode-se dizer que os anseios por um ensino transversal e emancipado, que não abdique das características de cientificidade, coadunam-se com a contínua evolução teórica e metodológica do campo das RI. Era impensável alguns anos atrás, por exemplo, o desenvolvimento de uma “*green theory*” ou de uma “*queer theory*” voltadas à absorção

1 Ver por exemplo: MIGNOLO, Walter. *Local Histories/ Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton University Press, 2000. BUZAN, Barry; ACHARYA, Amitav. *Non-Western International Relations Theory: perspectives on and beyond Asia*. New York: Routledge, 2010.

de valores de sustentabilidade e respeito à sexualidade (Wilcox 2014, 612-615). Em síntese, o que ensinar em RI precisa ser adequado a temas e assuntos que já vêm sendo trabalhados em perspectiva historicizante.

No espectro de como ensinar, a forma pragmática encontrada pelos internacionalistas, para lançar olhar histórico sobre seus objetos de estudo, foi a de enquadrar nos eixos temporal e factual as relações internacionais, enfatizando conexões causais em um período de tempo; levantando hipóteses possíveis consoante contextos específicos; procurando por consequências pretendidas e não pretendidas em uma leitura *ex pos facto*; e produzindo generalizações cabíveis a partir de exemplos e ilustrações de casos históricos.

Outro caminho do ensino aplicado às relações internacionais históricas diz respeito à escolha de narrativas indutivas em detrimento de construções hipotético-dedutivas. A narrativa indutiva, que parte de leituras específicas e de casos particulares, calcada no empirismo, e que visa fazer uma abstração do objeto de estudo, encontra eco no método histórico. O cuidado, tanto para historiadores quanto para internacionalistas com o olhar no tempo presente, refere-se a evitar interpretações que reifiquem ideias e conceitos; promovam discursos ideológicos; ou que abusem da História como veículo de deturpação do conhecimento (Macmillan 2010).

Um terceiro caminho de como ensinar RI é criar nexos entre teoria e historiografia. As TRI conformam-se em um conjunto de proposições relacionais que ajudam a explicar por que os eventos ocorrem e de que forma ocorrem, funcionando como “representação abstrata, conjectural ou especulativa da realidade” (Knutsen, 1997, p. 1). Perdura, entretanto, certo “matematicismo” do ensino ancorado em perspectivas generalizantes das teorias racionalistas de RI que tentam aproximar o campo aos fundamentos metodológicos das ciências naturais (Duroselle, 2000, 36). O problema é que essa representação conjectural ou especulativa é aplicada no ensino de uma conjuntura histórica bastante diversa, ou pior, essa especulação é usada para prospecção de cenários possíveis sem a devida ressalva sobre os limites daquela abstração.

Uma das formas encontradas para se construir de fato uma ponte entre a historiografia de RI e as TRI seria valorizar o ensino mediante a depuração de conceitos. O conceito, segundo Sheehan (1996, 1) ao falar sobre o equilíbrio de poder, normalmente tem sua aplicação prática como ferramenta de análise ou guia para a política, mas que “*has historically been a reality*”. Cervo (2008, pp. 8-25) defende que conceitos e teorias exercem papéis diferenciados no campo de estudo das Relações Internacionais. Mais ainda, o alcance supostamente universal das teorias é “forjado” uma vez que os “conceitos expõem as raízes nacionais ou regionais sobre as quais se assentam e se recusam estar investidos de alcance explicativo global”. Seriam quatro as características observadas na gênese dos conceitos: construção social; expressão da historicidade; inclusão de mensagem positiva; e produção como exigência da ordem metodológica em respeito à verdade e ao rigor (Cervo, 2008, 21-23).

O ensino pelos conceitos de história das relações internacionais possui a vantagem comparativa perante às TRI de evidenciar aquilo que algumas teorias escondem, como as proclividades políticas, ideológicas e culturalistas. Ademais, ao estar vinculado à historicidade, trata das estruturas profundas das coisas concretas consoante a *longue durée*, perspectiva que permite compreender de maneira

holística os fenômenos internacionais (Braudel, 2009). Ademais, estabelece laço constitutivo com a mensagem positiva que carrega, expressando valores de lastro cultural que inspiram decisões autônomas e emancipadoras. Por fim, os conceitos são revolucionários quando se propõem a serem transformadores também na maneira de ensinar relações internacionais, o que pode ser dito de algumas noções – como comunidades imaginadas, choque de civilizações, política do poder e sociedade internacional.<sup>2</sup>

É preciso, contudo, parcimônia e cuidado no ensino da HIST para as RI por meio dos conceitos, tanto quanto somente por meio das TRI. Há que se levar em conta que existe historicidade por trás dessas ferramentas de construção do saber em relações internacionais. A ressalva necessária que se pode fazer diz respeito à transmutabilidade de teorias e conceitos e, por esse motivo, é preciso lê-los de maneira sincrônica e diacrônica.

No que concerne ao quesito “por que ensinar HIST para as RI”, pode-se dizer que faz sentido no contínuo entre o necessário e o suficiente. Por um lado, o conhecimento do passado e das raízes históricas de fenômenos e acontecimentos tornou-se condição necessária para compreender a política global no século 21. Por outro, a leitura dos fatos corriqueiros, os chamados *current affairs*, é insuficiente para auxiliar o internacionalista na “caça ao camaleão”, ou seja, na tarefa de gerar inteligibilidade em ambiente que passa por constantes mutações e transformações (Knutsen, 1997, 4). Em suma, a natureza e o fundamento do conhecimento histórico, aplicado ao ensino das relações internacionais, criam condições necessárias e suficientes que dão base para a formação do internacionalista.

Segundo, a mundialização das relações econômicas e a globalização de práticas e valores criaram pano de fundo para o crescimento do ensino e da pesquisa em relações internacionais no Brasil (Lessa 2006). Ao mesmo tempo, impulsionaram a produção de conhecimento especializado na forma de monografias de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, pesquisas de iniciação científica e artigos científicos que retornam na forma de conhecimento atualizado para o ensino das novas gerações de internacionalistas em formação.

Terceiro, a História é parte constitutiva do campo e um dos elementos identitários das RI. Por um lado, a história constrói a ponte entre os mundos real (da atuação prática) e ideacional (da explicação, entendimento, reflexão crítica, interpretação e teorização sobre o internacional). Por outro lado, a própria existência da ciência das RI reflete a evolução iterativa das várias disciplinas formadoras. A interdisciplinaridade é, portanto, característica que varia ao longo do tempo, sendo perceptível a influência de elementos constitutivos dos discursos da HIST nas RI (Gehre & Arraes, 2013).

## Desafios e tendências para o ensino da História nas RI

Compreendida a razão de ser do estudo da História para as RI, intrinsecamente conectada ao desenvolvimento de novas ideias, de gerações de estudiosos em diferentes espaços de experiência e

2 ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. WIGHT, Martin. A política do Poder. Brasília: Ed. UnB/IPRI, 2002. BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília: Ed. UnB/IPRI, 2002.



partindo de diferentes horizontes de expectativas, é possível enumerar alguns desafios de natureza diversa relacionados ao ensino em RI conectados à HIST: superação de ensino exclusivamente ocidentalista, reconhecimento dos conhecimentos locais e tradicionais e compreensão acerca da guinada histórica na TRI.

- a) *Superação de ensino exclusivamente ocidentalista*: Partindo do pressuposto de que a prevalência política, econômica e cultural de uma comunidade organizada passa a impor padrões e modelos a serem seguidos pelos demais e estabelece as bases civilizacionais de determinada época (Kupchan 2012), compreende-se que os fundamentos das relações internacionais de verve ocidentalista, precisam ser revistos e repensados. À luz da dimensão histórica que interliga e conecta o Ocidente ao mundo não ocidental, o ensino da História para as RI é local privilegiado para assumir a relevância de outras expressões culturais como indianos, chineses, egípcios, persas, e mundo árabe, como fontes detentoras de preocupações próprias de matiz material e ideacional (Hunt 2015).
- b) *Reconhecimento dos conhecimentos locais e tradicionais*: Partindo do pressuposto da hegemonização na produção do conhecimento por certos grupos e países do norte desenvolvido, o reconhecimento dos conhecimentos locais e tradicionais como relevantes para o ensino das RI afirma-se pela compreensão da existência de narrativas e processos que compõem determinados espaços antes negligenciados. A Amazônia ou as fronteiras de diferentes regiões, normalmente invisíveis para as TRI, são espaços transnacionalizados e férteis para a produção de *insights* e estudos de casos para o ensino em RI (Picq 2016). Da mesma forma, a inclusão em sala de aula de debate sobre “*different knowledge systems*”, governando diferentes concepções e crenças acerca do mundo que nos rodeia, fortalece a luta por um ensino que reconhece a própria relevância ou paridade epistemológica dos conhecimentos tradicionais e científicos (Inoue & Moreira 2016).
- c) *Guinada histórica na TRI*: Partindo do pressuposto que dentre as principais inovações no campo das TRI estão o construtivismo social e a agenda pós-moderna, compreende-se que as RI no século 21 vislumbram novo espaço de experiências acadêmicas, de pesquisa, ensino e extensão, derivadas de verdadeira guinada histórica nos estudos teóricos de RI. A construção dos interesses e identidades dos países e o entendimento sobre a condição de menor desenvolvimento relativo de algumas nações passaram a ser considerados a partir da compreensão de suas mudanças ao longo da história. Estudos de Gênero avançaram para reposicionar o lugar da mulher nas RI, seu papel social como agente transformador, seus impactos em diferentes ramos como a produção do conhecimento e a segurança internacional. Estudos pós-colonialistas procuraram resgatar singularidades e complexidades de cada um dos países e regiões do globo, criticando os traços imperialistas, racistas e de subjugação contidos em propostas hegemônicas ocidentais.

## O ensino da História para as Relações Internacionais

O ensino da História para as RI encontra-se mormente em três disciplinas formadoras nos currículos dos cursos de RI no Brasil: Introdução ao Estudo da História, História das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais do Brasil. Utiliza-se como espaço de experiência a Universidade de Brasília na tarefa de compreender sob quais bases intelectuais tais cursos foram constituídos ao longo de algumas gerações, buscando, com isso, lançar alguma luz sobre possíveis modificações e adequações.

### Introdução ao Estudo da História (IEH)

Nos anos 1990, a disciplina de Introdução ao Estudo da História (IEH) já constava como obrigatória do fluxo de formação da graduação em RI na UnB, sendo posicionada no 2º semestre. Não obstante, seguindo a visão de Darcy Ribeiro sobre a aproximação dos saberes na Universidade, cabia ao departamento de História ofertar a disciplina aos alunos de RI, o que geraria algumas consequências de longo prazo.

Naquela época, o curso tinha mais ou menos onze textos básicos. Dentre eles, destacavam-se um conjunto sobre o conceito de História, outro sobre o lugar da História nas Ciências Sociais e outro sobre como escrever História. Debates relevantes para as RI, como paradigmas, instrumentalidade da história e os delineamentos do ofício de historiador não seriam tão bem explorados. A título de exemplo, Marc Ferro, em seu texto “A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação”, percorre vários países para mostrar como a História é representada de formas diferentes, mas com função política da manipulação da História na África do Sul para “proporcionar fundamentação moral e histórica ao apartheid”. Essa discussão é bastante pertinente para uma visão decolonial e não ocidentalista presente na TRI, mas que não faria sentido se não fosse assim tratada.

Nos anos 2000, o ensino introdutório de história para as RI, agora contando com nova geração de pesquisadores e professores no departamento de História da UnB, atualizou as leituras obrigatórias do curso. Destaque para os textos que se aproximam mais dos debates sobre ideias e conceitos que estão sendo utilizados nos programas de graduação e pós-graduação no Brasil, e nos encontros da ABRI e da ISA. Respectivamente, ao auxiliar no entendimento sobre a emergência da escola francesa das relações internacionais e de perspectiva não tratadística e mais questionadora de HRI; ao abordar a ideia de longa duração e dos tempos históricos, categorias que se tornaram muito valiosas para a perspectiva globalista do Sistema Mundo; e ao refinar a discussão teórica e conceitual sobre a temporalidade em RI.<sup>3</sup>

Focando, então, o currículo de IEH de 2016, notou-se a manutenção de um cerne explicativo sobre aspectos tradicionais do campo da história e inovações técnicas e metodológicas, como

3 Ver José Carlos Reis “Escola dos Annales: a inovação em história”. São Paulo: Paz e Terra, 2000; Fernand Braudel em “Escritos sobre a História”. São Paulo: Vozes. KOSELLECK, Reinhart (2006). Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto.



continuidades de uma espinha dorsal estruturante sobre usos e funções da História, função social e verdade, a revolução da Escola do Annales e o ofício do historiador.<sup>4</sup> Ao mesmo tempo, criou-se um entroncamento no ensino e na forma de descontinuidades ambivalentes: em uma direção, agregando temas presentes no debate nacional e internacional sobre questões como memória e gênero<sup>5</sup>; em outra, abandonando Braudel e Koselleck, rumando na contracorrente de preocupações do curso de RI, privilegiando textos e abordagens familiares à História.

## História das Relações Internacionais (HRI)

Ainda nos anos 1950, Pierre Renouvin procurou atualizar os estudos sobre a história internacional a partir de perspectiva profunda e complexa, procurando romper com interpretações superficiais dos acontecimentos. Abraçou o debate que havia ganhado vida na Escola dos Annales, buscou ir muito além das fontes tratadísticas e diplomáticas, bem como enfatizou a multifatorialidade explicativa (Duroselle & Renouvin 1991).

Assim, a terminologia História das Relações Internacionais advém da tradição francesa de pensamento que marcou uma geração de estudiosos na América Latina (Bernal-Meza, 2005). Ganhou vida com a internalização das ideias de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle no Brasil – tanto no ensino como na pesquisa – por uma geração de estudiosos que tiveram contato com seus estudos, especialmente em Estrasburgo e Paris. Nesse caso, a tradução da obra *Todo Império Perecerá*, pela Editora da UnB em 2000, consolidou os aportes da escola francesa para a intelectualidade brasileira.

A evolução do pensamento na Grã-Bretanha derivou de contatos com franceses e norte-americanos, fazendo com que o diálogo fosse estimulado e que os conceitos e as categorias de análise, surgidas nessas tradições de pensamento, se aproximassem em termos semânticos bem como em capacidade explicativa. Eric Hobsbawn (1998, 193-200) lembra o impacto da escola dos Annales na historiografia britânica, e indica ter havido um mínimo de conhecimento e difusão da revolução metodológica, que se operava no continente, para a ilha.

Edward H. Carr marcou a história da escola inglesa, levando a reflexões sobre seu impacto na constituição de um pensamento teórico crítico, ou no emprego de suas ideias “*in a more creative fashion than he had been in the past*” (Cox 2001, xlvi). Ainda que tenha sido uma espécie de *outsider* do grupo que constituiria o *British Committee on Theory of International Relations*, tornou-se uma das principais referências para o ensino das RI, especialmente pela carga teórica contida em seu texto clássico *Vinte anos de Crise* (Saraiva 2006).

4 História: usos e funções. Antoine Prost, “Verdade e função social da história”, in *Doze lições sobre a história*. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2008; “A Escola dos Annales (1929-1989), A Revolução Francesa na historiografia”, Unesp, São Paulo, 1997; Marc Bloch. “Apologia da história, ou o ofício do historiador”, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2001; Eric Hobsbawn, “Sobre história”, Companhia das Letras, São Paulo, 2013.

5 François Dosse, “Uma história social da memória”, in *História*. Ed. Unesp, São Paulo, 2012, Joan Scott, “História das mulheres”, in Peter Burke (org.), *A escrita da história. Novas perspectivas*, Ed. Unesp, São Paulo, 2002; Michelle Perrot, “As mulheres, o poder, a história”, in *Os excluídos da história*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2001.

Martin Wight e Hedley Bull, conformadores das bases da velha escola inglesa, tornaram-se expressões intelectuais para o ensino em RI, particularmente com a Coleção Clássicos da FUNAG, que possibilitou a jovens intelectuais, estudantes de graduação e pós-graduação ter acesso a conceitos e categorias de análise que dariam significado às instituições responsáveis por manter a ordem nas relações internacionais.

Igualmente, a tradução pela Editora da UnB da obra seminal de Adam Watson *The evolution of international society* (1992) abriu as portas para se compreender as diferentes configurações de sistemas de Estados históricos, bem como o caminho para a construção de uma sociedade internacional global. Como aponta Buzan (2009, xxx) a profundidade e alcance da obra de Watson merece ser vista não apenas como peça histórica, mas “*first and foremost as a major contribution to IR theory*”.

Vale lembrar que o lugar da história das relações internacionais no âmbito do ensino é bastante distinto nos cursos de relações internacionais do país. A disciplina de *História das Relações Internacionais* normalmente é ministrada em semestre único abarcando um arco histórico de 1815 aos dias de hoje.<sup>6</sup> Alguns ajustes dependem dos professores que a ministram, no sentido de construir panorama que remonta à Grécia Antiga, Roma e alcança episódios marcantes como a Paz de Vestfália de 1648 e a Revolução Francesa de 1789 como marcos da narrativa a ser apresentada.

Nos cursos onde existem dois semestres para tratamento do conteúdo de HRI procede-se a uma ampliação do arco histórico de análise para abarcar os sistemas de estado antigos, como os fenícios, assírios, chineses, gregos, persas, macedônicos, passando pela ascensão e queda do Império Romano. Entretanto, preserva-se a predileção por uma HRI ocidentalista com temas e autores deste local de produção do conhecimento.<sup>7</sup>

## História das Relações Internacionais do Brasil (HRIB)

A ideia de um estudo organizado na forma de disciplina acadêmica sobre a História das Relações Internacionais do Brasil (HRIB) tem longa tradição e espelha tanto a linhagem intelectual de historiadores e diplomatas como Pandiá Calógeras, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho e José Honório Rodrigues, como a institucionalização do ensino e pesquisa nas Universidades brasileiras (Saraiva & Cervo 2005; Santos 2005).

Nos anos 1980, os estudos de Gerson Moura no Rio de Janeiro e Clodoaldo Bueno em São Paulo ganhavam eco no ensino da cadeira de História Diplomática que animava a graduação em RI na UnB, já sob a batuta de Amado Luiz Cervo. Nos anos 1990, as dinâmicas de globalização, regionalização e interdependência facilitaram a apropriação dos novos conhecimentos das escolas francesa, inglesa e

6 O ensino de HRI foi consolidado em torno da obra organizada por José Flávio Sombra Saraiva, primeiro pela editora Paralelo 15 (1997), depois em dois volumes pelo IBRI/FUNAG (2001) e mais recentemente atualizada pela editora Saraiva (2007).

7 Um caso interessante é o curso de HRI da USP, cuja ênfase em uma história das relações internacionais eurocêntrica não impediu trazer para discussão “três perspectivas alternativas”: (1) contatos entre sociedades antes da idade moderna; (2) relações internacionais econômicas, religiosas e culturais, fora da específica esfera política; e (3) as relações internacionais das principais demais civilizações não ocidentais (China, Índia, e o islã). Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=87&codcur=87001&codhab=1&tipo=N>. Acessado em 20 de setembro de 2016.

da tradição norte-americana; e possibilitaram a participação dos intelectuais brasileiros em eventos internacionais especializados, bem como a troca de experiências dentro do país. Nascia com a obra homônima de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno a História da Política Exterior do Brasil (1992), obra capital para o ensino da matéria nas universidades brasileiras e latino-americanas.

Desde então, o Brasil vivenciou forte internacionalização da economia acompanhada de grande capilaridade dos temas internacionais na sociedade. Debates diversos como meio ambiente, comércio exterior, direitos humanos, segurança e integração regional, passaram a não mais se aterem aos salões da chancelaria e a pequenos círculos intelectuais. O movimento do país de se lançar para o mundo foi respaldado por relevante democratização na condução das relações internacionais.

Da participação em alianças globais (G20 e BRICS) e blocos regionais (Mercosul e UNASUL), o país foi gradativamente aquilatando sua presença global. A ideia de política exterior sucumbiu à complexidade das múltiplas relações estabelecidas entre governos, empresas, atores subnacionais e organizações não governamentais brasileiras com o mundo. Rebatizava-se, por conseguinte, a História da Política Exterior como História das Relações Internacionais do Brasil, preocupada em desvendar os diversos nichos de atuação dos agentes brasileiros responsáveis pela inserção do país no mundo. Ao mesmo tempo, demonstrava sua vocação como prisma para compreender o Brasil no mundo de hoje à luz da construção de suas principais parcerias internacionais.<sup>8</sup>

Pode-se dizer que a História das Relações Internacionais do Brasil enxerga tanto a dimensão bilateral como multilateral das relações internacionais. Privilegia os estudos das fontes primárias das chancelarias ou instituições de diferentes países, bem como as fontes secundárias que retratam encontros e desencontros e descortinam a evolução de fenômenos e acontecimentos. Ademais, vale-se da experiência teórica e metodológica de outros campos do saber e de diferentes correntes explicativas para guiar suas interpretações. Não obstante, a HRIB sofre com algumas críticas sobre a ausência de metodologia própria, ou de debates internos acerca de seus limites e alcances interpretativos e analíticos.

## O futuro do ensino da História para as Relações internacionais

### Análise crítica das Diretrizes Curriculares Nacionais em RI

A ampliação dos espaços de experiência para o ensino em RI, mediante disseminação de cursos de graduação e pós-graduação, a interposição de gerações antigas e novas de internacionalistas e os novos horizontes de expectativas sobre a organização da área do conhecimento criaram o solo político para ampliação do debate sobre estabelecimento de diretrizes curriculares nacionais (DCNs) em RI.<sup>9</sup>

8 A obra coletiva organizada por Antonio Carlos Lessa e Henrique Altemani, *Parcerias Estratégicas do Brasil* (2013) em dois volumes, bem como a série de livros sobre as *Parcerias Estratégicas com o Brasil*, todos pela editora Fino Traço, marcaram um importante avanço no conteúdo para o ensino da HRIB.

9 A primeira versão do documento de referência das DCNs foi debatido e apresentado no encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em 2012. A última versão foi circulada, não oficialmente, após audiência pública no âmbito do CNE (março de 2017) que recolheu sugestões de membros da comunidade brasileira de RI.

De fato, um excelente lugar para se identificar permeabilidades e silêncios acerca de temas, questões e ideias em geral, é a resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Relações Internacionais, a qual possui valiosas pistas sobre o futuro do ensino da História para as Relações Internacionais no Brasil. Comparando a primeira versão da minuta de resolução de 2012 com a última versão de 2017 é possível perceber algum avanço no sentido de valorização do lugar da História como parte constitutiva da formação do internacionalista.

O Art. 4º das DCNs (2012; 2017) informa que o Curso de Graduação em Relações Internacionais deve ter o ensino voltado à conformação de competências e habilidades relacionadas a uma “Formação geral e humanística”. Para tanto, a História serviria à “compreensão das questões internacionais no seu contexto político, econômico, *histórico*, geográfico, estratégico, jurídico, cultural e social”. Ademais, o internacionalista precisa de “base cultural ampla que forneça recursos para uma compreensão adequada de temas internacionais”, o que presume conhecimento histórico relacional *vis a vis* todas as outras dimensões enumeradas. Igualmente, a fim de desenvolver uma “postura crítica” consistente e embasada em “argumentos, evidências, discursos e interpretações”, necessita da História para entender tanto eventos e processos internacionais como abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais.

No Art. 5º (DCNs 2012; 2017) “Recomenda-se pelo menos uma disciplina de História das Relações Internacionais e uma de História das Relações Internacionais do Brasil”. Define ainda o que os cursos de graduação em Relações Internacionais deverão contemplar em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, sendo o ponto IV os conteúdos de História das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais do Brasil. O texto fala que “para o ensino de História das Relações Internacionais, recomenda-se: a apresentação crítica da construção, evolução e funcionamento do sistema internacional”.

Outro aspecto importante, mas ainda sensível, define “que se busque superar o eurocentrismo da historiografia tradicional, contemplando o debate sobre as distintas correntes da historiografia, ressaltando suas especificidades e evolução”. Além disso, fala da necessidade “de crítica às fontes empregadas pelo analista das Relações Internacionais”, o que demanda sua absorção em disciplinas históricas, mas também metodológicas, que lidem com o uso de fontes documentais e impressas, trazendo para o ensino o debate sobre a hierarquização (ou não) como primárias, secundárias etc.

Já o Artigo 7º (DCNs 2012) que determinava que todos os cursos de Relações Internacionais deveriam adequar-se a um tronco comum com um currículo mínimo, para que todos os bacharéis sejam versados em número determinado de disciplinas, não consta do documento mais atual (DCNs 2017).

As DCNs originais (2012) apresentavam uma série de pontos como conteúdo básico na área de HRI. Dentre eles, o ponto 5 falava de “processos de inclusão”, mas não explicitava uma virada em direção às preocupações sociais, políticas e econômicas que marcam o século 21, especialmente aquelas voltadas para a inclusão social, enfrentamento aos racismos, igualdade de gênero e empoderamento da mulher, e respeito à diversidade sexual.

Não obstante, a última versão das DCNs (2017) em seu Artigo 2º, parágrafo primeiro, incluiu como elemento estruturante dos cursos em seu projeto pedagógico item que trata das “formas de garantir a integração dos conteúdos das diretrizes nacionais sobre Políticas de Educação ambiental,

Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena e demais requisitos legais e normativos às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente”. Tal atualização parece apontar para a conquista de espaço, pelo menos aparente, de temáticas antes completamente esquecidas no ensino em RI.

### Experiências locais-globais

Vista a situação das DCNs no que tange à História e às RI, é possível verificar que estão em curso algumas experiências que conectam o local e o global na forma de produzir conhecimento em relações internacionais, respondendo aos três desafios apresentados anteriormente de superação de ensino exclusivamente ocidentalista, reconhecimento dos saberes tradicionais e guinada histórica da TRI.

Um caso interessante aparece na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde se encontra o curso eletivo “Raça, História e Direitos Humanos”. A historicização do tema visava à “desconstrução do seu discurso por meio da análise e reflexão”, motivando o “enfrentamento” pela “demonstração de que a questão racial sempre encontrou resistência”. A emancipação é, nesse caso, manifestação histórica com origens no passado e reflexos no presente e futuro.<sup>10</sup>

Outro caso refere-se à oficina de métodos e técnicas de pesquisa em história global e relações internacionais – promovida pela FGV – que abriu caminho para que os estudantes em relações internacionais passassem a enxergar na História Global e Transnacional um recorte consistente de análise e interpretação.

De fato, a História Global traz consigo grandes temas e releituras que desafiam não só as historiografias nacionalistas e introspectivas, mas também as percepções de uma história pautada por coalizões de países relacionados no tradicional embate entre países desenvolvidos *versus* países em desenvolvimento. Esse debate interessa aos historiadores de relações internacionais, pois atualiza a agenda de pesquisa, traz a discussão sobre os desafios transnacionais, aporta as fronteiras e suas dinâmicas como matéria instigante do ensino para as RI.

A História Global abre espaço para a comparação de civilizações, de culturas, de técnicas e métodos de agir. Pode tratar de diversos assuntos, abordando, como já referenciado, fronteiras, neoimperialismo, sociedades em redes e manifestações populares transnacionais. Como lembra (Crossley, 2015, 5) “O enigma que a história global se propôs é como contar uma história sem um centro”. Logo, o importante para o estudo das relações internacionais é estar livre de preconceções, abrindo espaço para leituras que privilegiem temas como questões ambientais, grandes migrações e refugiados, desenvolvimento de vacinas, novos métodos para a educação, que não precisam ser abordados dentro de lógicas de cooperação sul-sul ou de defasadas leituras politicamente ideologizadas. Pesquisas nessa área podem e devem levar em conta traços comuns à humanidade como um todo, ou seja, uma visão macro que respeite as alteridades.

10 Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/ri/arquivos/113825\\_catalogo\\_de\\_eletivas\\_2016\\_2\\_rinovo22.pdf](http://www.ie.ufrj.br/ri/arquivos/113825_catalogo_de_eletivas_2016_2_rinovo22.pdf)>. Acessado em: 20 de setembro de 2016.

Outra experiência promissora no que tange ao futuro do ensino da História para as RI tem lugar na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde se planeja implantar disciplina dedicada ao estudo da HRI que trataria tanto de aspectos fundamentais, como a transição da história diplomática para a HRI e as escolas de HRI, como a instrumentalidade da história nas teorias de relações internacionais.

O curso da UFSM foi formulado para abarcar o panorama da historiografia dentro do campo de estudos em RI e alguns aspectos relacionais como: ação e formulação; foco; autonomia; autorreferência; bem como o *modus operandi* do historiador de Relações Internacionais e as funções do saber histórico. Ademais, deve aprofundar o entendimento sobre as escolas inglesa e francesa e outras abordagens europeias como a italiana, a suíça, a alemã; e a norte-americana, assim como a contribuição latino-americana. Ainda, foi pensada como experiência para alunos mais adiantados no curso de graduação aprofundar os debates sobre história sem historicismo, historicismo radical e sociologia histórica, avançando em discussões sobre História comparada e História Global.

Da mesma forma, no Instituto de Relações Internacionais da UnB está em ebulição um curso sobre História das Relações Internacionais que pretende complementar a formação no eixo IEH-HRI-HRIB. O objetivo é ampliar os debates sobre as questões históricas e historiográficas, ao mesmo tempo em que utiliza as lentes do internacionalista para estabelecer conexões entre o campo das RI e as reflexões históricas, bem como percebendo e interpretando as leituras típicas da História por um prisma internacional.

O curso do Instituto de Relações Internacionais na UnB foi desenhado em três eixos. O primeiro procurou manter a espinha dorsal do pensamento historiográfico inovando em refletir sobre a aplicabilidade às RI. Busca-se discutir, dessa forma: o que é história e sua relação com as ciências sociais e a longa duração para as Relações Internacionais; o ofício do historiador e do internacionalista; o conceito filosófico de História e sua aplicabilidade para a compreensão das dinâmicas internacionais; as diferentes ideias sobre História; argumentos pelo uso da História; e as novas facetas da História que se conectam à política internacional.

O segundo eixo visa estabelecer diálogo entre as Relações Internacionais e a História a partir de recorte epistemológico e metodológico. Para tanto, busca subsidiar os debates sobre a constituição das paisagens da História, das diferentes formas de conhecimento, da evolução das Relações Internacionais nas dimensões histórica e analítica, na delimitação do problema histórico em relações internacionais, nos usos e abusos da História, na instrumentalização dos métodos históricos e na construção de pontes entre História e Relações Internacionais.

O terceiro eixo foi pensado para ir além da História das Relações Internacionais, estudando não só as escolas de HRI, como também outras expressões de produção de conhecimento histórico que servissem às Relações Internacionais. Ademais, estimula-se a discussão sobre a relação entre história e teoria e a ideia de uma teoria baseada na História. Por último, busca-se dimensionar criticamente a carga histórica no debate sobre a TRI não ocidental.



## Conclusões

O uso da genealogia como perspectiva de trabalho facilitou o trabalho arqueológico de encontrar caminho para a emancipação do pensamento e da produção de conhecimento autêntico sobre o ensino da História nas Relações Internacionais. Não se buscou reconstruir uma trajetória errática e de caminhos de certa feita tortuosos. Muito menos foi este um esforço finalizado de retornar às origens, na busca de alguma essência, identidade ou verdade sobre o que deveria ser de fato o ensino da História para as RI.

Partiu-se do pressuposto foucaultiano de não ser necessariamente má em si mesma qualquer relação de poder, mas de se portar perigos nas leituras acríticas. Logo, o ensino da História para as Relações Internacionais precisa ser encarado como um dos “níveis de poder dentro da sociedade”, e as relações de poder – que envolvem professores, pesquisadores, burocratas e estudantes – são mutáveis e podem ser modificadas, na medida em que se construa uma consciência a seu respeito (Foucault, 2001).

Neste sentido, a primeira conclusão aponta para o ensino preocupado em refletir criticamente sobre a relação entre História e Relações Internacionais. Emerge do encontro entre a atual e a nova geração de historiadores das relações internacionais *vis a vis* os novos temas da agenda da política global. O motivo de ensinarmos a História para as RI foi tomada por muito tempo como algo pouco discutido e que não precisaria ser alvo de maiores reflexões, o que gerou a naturalização de certas práticas e estereótipos que pouco contribuem para o avanço de perspectiva científica.

Ao contrário, entende-se que o ensino da História para as Relações Internacionais depende da intervenção construtiva dos professores e alunos no sentido de vislumbrarem adequações e adaptações metodológicas. A força da narrativa, o estudo das singularidades e o potencial para a transdisciplinaridade tendem a manter abertas as opções metodológicas para o ensino, inclusive dos estudos teóricos e quantitativos alicerçados no método hipotético-dedutivo que possam servir para fortalecer a posição da História no campo das Relações Internacionais.

A segunda conclusão é de que o debate para o estabelecimento das DCNs refletiu as relações de poder dentro da ABRI, nos principais centros de pesquisa e pós-graduação do país e no âmbito do Conselho Nacional de Educação. Por um lado, averiguamos que as DCNs foram uma forma encontrada de dirigir a conduta daqueles que participam do campo de estudo das RI. Entretanto, ao criar parâmetros nem sempre adequados às expectativas dos professores, criam amarras e condicionamentos que constroem a forma de ensinar e aprender, interferindo no potencial produtivo e propositivo da interdisciplinaridade das RI.

Por outro, os espaços democráticos de debate e manifestação possibilitaram que as relações assimétricas de poder não anulassem a capacidade de reconstrução das DCNs à luz dos anseios da sociedade de se ter um ensino plural, transversal e sensível aos temas dos direitos humanos e da sustentabilidade. Com isso, as DCNs (2017) são reflexos da própria historicidade das Relações Internacionais como campo do saber em construção.

A terceira conclusão diz respeito ao ensino das RI poder ser orientado não apenas por leis gerais ou teorias ou paradigmas, mas também categorias ou conceitos que procurem traduzir a realidade das relações internacionais em acepções e assertivas inteligíveis. A leitura de determinado contexto histórico permite inferir raízes motivacionais e operacionais explicativas de certo conceito. O emprego de categorias analíticas e conceitos para explicar as dinâmicas internacionais evidencia tanto contextos como significados que se perderiam no reducionismo teórico.

Por último, a genealogia do ensino da História para as Relações Internacionais mostrou que está em curso um processo de atualização das ferramentas nos campos intelectual, teórico, conceitual e metodológico à disposição do internacionalista, tanto no âmbito das próprias DCNs, como em espaços de experiência acadêmica que visam conectar os saberes locais para compreender a evolução da sociedade global.

## Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina em el mundo: el pensamiento latino-americano y la teoria de relacionens internacionales*. Bueno Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRANDS, Hal; SURI, Jeremi. *The power of the past: History and Statecraft*. Whashington, D. C.: Brookings Institution Press, 2016.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BULL, Hedley. *The anarchical society: a study of order in world politics*. New York: Columbia University Press, 2002.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. "Introduction to the 2009 reissue". In Watson, Adam. *The Evolution of International Society*. NY: Palgrave, 2009.
- CERVO, Amado Luiz. Conceitos em relações internacionais. *RBPI*, ano 51, nº 2, p. 8-25. 2008.
- CORSTEN, Michael. The Time of Generations. *Time Society*. v. 8, p. 249. 1999.
- COX, Michael . "Introduction". In CARR, E. H. *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. Nova York: Palgrave, 2001.
- CROSSLEY, Pamela Kyle. *O que é história global?* Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2015.
- DCNs ABRI. Minuta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais. ABRI. 2012.
- DCNs. CNE. Minuta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais. CNE. Brasília, Abril de 2017.
- DUROSELE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: UnB, 2000.
- \_\_\_\_ & RENOUVIN, Pierre. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Vol. I et II. Paris. Quarto Gallimard, 2001.

- GEHRE, Thiago; ARRAES, Virgílio. *Introdução ao estudo das relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUNT, Lynn. *Writing history in the global era*. NY: W.W. Norton & Company, 2015.
- JAGUARIBE, Helio. “Prologo”. In ORTEGA Y GASSET, José. *História como sistema*. Mirabeau ou o político. Brasília: Editora UnB, 1982.
- KNUTSEN, Torbjorn. *A history of international relations theory*. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KUPCHAN, Charles A.. *No One's World: the West, the rising rest, and the coming global turn*. New York, Oxford University Press, 2012.
- MACMILLAN, Margaret. *Usos e Abusos da História*. Editora Record, 2010.
- MILO, Daniel. *Trahir le temps*. Paris: Hachete, Pluriel, 1991.
- ORTEGA Y GASSET, José. *La rebelión de las masas*. Caracas: Espasa-calpe, 1986.
- PICQ, Manuela. Rethinking IR from the Amazon. *RBPI*. v. 59, n. 2, Brasília, 2016.
- SANTOS, Norma Breda (2005). História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História*, SP, v. 24, n. 1, p.11-39. 2005.
- SARAIVA, José Flávio S. (org). *Relações Internacionais dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (de 1815 a 1947)*. Vol. 1. Brasília: IBRI. 2001.
- \_\_\_\_\_. Revisitando a Escola Inglesa. *RBPI*. v. 49, n. 1, p. 131-138. 2006.
- SHEEHAN, Michael. *The balance of power: theory and history*. London: Routledge, 1996.
- SMOUTS, Marie-Claude. *As novas relações internacionais: práticas e teorias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. New York: Academic Press, 1974.
- WILCOX, Lauren. Queer Theory and the “Proper Objects” of International Relations. *International Studies Review*, p. 612-615. 2014.